



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO**

**COORDENADORIA DE PRIMEIRO GRAU**

**INQUÉRITO CIVIL Nº 002268.2013.05.000/5**

**DENUNCIANTE: EDNALDO COUTO DOS SANTOS**

**INVESTIGADO: GRENIT SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO D SOFTWARES LTDA.**

**ATA DE AUDIÊNCIA**

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho, na Av. Sete de Setembro, 308, Vitória, Salvador, às 10:00h, compareceram perante a Exma. Procuradora do Trabalho, Dra. **RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS SOUZA MANTOVANELI**, a empresa **GRENIT SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.**, representada pela preposta, Sra. **SUELY BOKOR FERREIRA**, RG 0557553130 SSP/BA; o **BANCO DO BRASIL**, representado pelo preposto, Sr. **GUSTAVO LIMA DA SILVA**, RG 237492881, acompanhado pelo Advogado, Dr. **ROMILDO DE SOUZA LEAL JÚNIOR**, OAB/BA nº 24360. **Presente** o estudante **PEDRO RAVEL FREITAS SANTOS**, RG 1199609668 SSP/BA. **Aberta a audiência, pela Procuradora do Trabalho, foi dito:**

**CONSIDERANDO** que há culpa *in vigilando* da Administração Pública quando, diante do descumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada, o órgão público deixa de aplicar as sanções previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93 ou deixa de rescindir o contrato.

**CONSIDERANDO** que é dever da Administração Pública exigir da empresa prestadora de serviços de natureza continuada toda a documentação necessária à comprovação da quitação das obrigações e encargos trabalhistas e previdenciários, tais como registro do contrato de trabalho, pagamento dos salários no prazo legal, concessão e pagamento de férias, recolhimentos previdenciários e dos depósitos referentes ao FGTS, concessão das vantagens previstas em acordos ou convenções coletivas de trabalho, exames médicos, cumprimento dos limites legais quanto à jornada de trabalho e fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva adequados ao risco da atividade.

**CONSIDERANDO** que, ao celebrar um contrato de prestação de serviços, a administração pública tem o poder-dever de controle e fiscalização da execução de tal contrato, devendo exigir uma prestação de contas em caráter regular e permanente, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), uma vez que o art. 55, XIII, do mesmo diploma legal, prevê que as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório devem obrigatoriamente ser mantidas pela empresa eleita durante toda a execução contratual.

**CONSIDERANDO** que, em que pese a objetividade do critério do menor preço, quando se tratar de contrato de prestação de serviços continuados, essa norma deve ser analisada em conjunto com os princípios constitucionais referentes à proteção da dignidade humana e à valorização social do trabalho, não podendo ser suprimidos, da planilha de custos e formação de preços, valores referentes a obrigações



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO**

trabalhistas.

**CONSIDERANDO** que, na fase prévia à contratação, é importante que seja analisada, na fixação da quantidade de trabalhadores que irão realizar os serviços, parâmetros objetivos relativos ao volume de trabalho, a fim de se obstar que a contratante empregue número insuficiente de pessoas, impondo-lhes sobrecarga de trabalho e as levando à exaustão;

**CONSIDERANDO** que é necessário, na fiscalização da execução do contrato, que o gestor/fiscal do contrato confira se o número de trabalhadores a serem empregados na execução dos serviços, previsto no instrumento contratual, corresponde ao número que efetivamente está trabalhando nos postos de trabalho do órgão público tomador dos serviços, de modo a evitar-se o enriquecimento sem causa da contratada e prejuízo para a administração pública, que paga por um serviço não prestado na quantidade e qualidade pactuadas, bem como prejuízos para os trabalhadores, que ficam sobrecarregados na divisão de tarefas;

**CONSIDERANDO**, também, os princípios da transparência e da participação do cidadão na Administração Pública, devem os órgãos públicos, em suas páginas de transparências (Decreto n. 7.724, de 16/05/2012, que regulamenta a Lei n. 12.527, de 18/11/2011), divulgar o número de empregados utilizados em cada contrato, com indicação da proporção homem/posto de trabalho, além do valor do contrato, de modo a propiciar que cada cidadão seja um fiscal do contrato;

**CONSIDERANDO** o melhor fiscal sobre o adimplemento de suas verbas é o próprio empregado, que pode comunicar ao fiscal/gestor do contrato o inadimplemento da obrigação de recolher o FGTS, se lhe for fornecido o Cartão Cidadão, emitido pela Caixa Econômica Federal, que permite aos próprios trabalhadores verificar se os depósitos do FGTS vêm sendo efetuados em sua conta vinculada.

**CONSIDERANDO** que o INSS pode fornecer Extrato de Informações Previdenciárias, emitido pela internet, mediante uma senha fornecida aos empregados, esse também se afigura um meio de a Administração Pública ser auxiliada, pelos próprios empregados, na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais das empresas contratadas;

**CONSIDERANDO** que o Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão elaborou a Instrução Normativa nº 02/2008, posteriormente, atualizada pelas Instruções Normativas nºs. 03/2009, 04/2009, 05/2009 e 06/2013, as quais complementam a Lei de Licitações, estabelecendo orientações minuciosas para as contratações de serviços continuados, uma vez que "a fiscalização no âmbito dos contratos de terceirização não constitui matéria própria para disciplina legislativa, sendo tema reservado às normas regulamentadoras. São estas normas, que interpretam e expressam os limites do dever fiscalizatório do ente público, levando em consideração a realidade do gerenciamento contratual, os riscos decorrentes das práticas contratuais, os direitos e deveres da administração pública perante os administrados e os terceiros interessados, tais como os trabalhadores terceirizados.

**CONSIDERANDO** que o art. 19-A, inciso V, da IN 2/2008, do



Ministério do Planejamento, estabelece que, nos editais de licitação, deve ser prevista a obrigação da contratada de, no momento da assinatura do contrato, autorizar a Administração contratante a fazer a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da contratada.

**CONSIDERANDO** que o mesmo inciso prevê a inclusão em edital de licitação, de obrigação da contratada no sentido de, no momento da assinatura do contrato, autorizar a Administração contratante a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**CONSIDERANDO** que o art. 19-A, inciso I, da IN 2/2008, do Ministério do Planejamento, estabelece que a Administração Pública deverá prever, no edital de licitação e no contrato administrativo, que os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada serão depositados pela Administração em conta vinculada específica.

**Este Parquet recomenda que o BB siga os procedimentos apontados na Instrução Normativa nº 02/2008, posteriormente atualizada pelas Instruções Normativas nºs. 03/2009, 04/2009, 05/2009 e 06/2013 do Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão nas próximas licitações; que, no caso em tela, diante da inadimplência da empresa GRENIT quanto às verbas trabalhistas, considerando que os serviços foram prestados, e considerando que já houve autorização pela empresa contratada (cessão dos créditos), que antecipe e retenha os valores da fatura correspondente e proceda ao pagamento direto dos trabalhadores, além de encargos e despesas administrativas que garantam a manutenção dos serviços, por meio de depósitos em suas contas correntes e liberação do saldo remanescente na data acordada em contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis à Grenit. Esta Procuradora ressalta que até que venha um veredicto em relação à conduta de descumprimento contratual da Grenit, este procedimento deverá ser mantido, sob pena de ajuizamento de ação, uma vez que o Ministério Público não pode ficar parado diante da falta de pagamento de verbas trabalhistas a um número tão grande de trabalhadores como se dá no contrato em questão. Chama atenção do Banco contratante quanto à necessidade de punição da Grenit por descumprimento contratual como determina a Lei nº 8666/93. Dessa forma, 1) O Banco deverá apresentar em 30 dias comprovante de instauração de procedimento administrativo para averiguar as faltas da Grenit. 2) A Grenit deverá apresentar a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas em até 05 dias úteis após o vencimento dos salários. Dada a palavra à preposta da GRENIT, Sra. Suely, foi dito: registra que a Grenit já tomou as medidas cabíveis em relação às questões financeiras do contrato, entendendo a necessidade de regulamentação dos débitos que estão em negociação em esfera judicial para que dessa forma ela possa voltar a ter recursos para prover todas as obrigações contratuais. Dada a palavra ao Advogado do Banco do Brasil, foi dito: "que a recomendação deste Parquet, que encontra amparo nas instruções normativas acima citadas,**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO**

devem amparar a empresa inquirida quanto a possíveis demandas junto ao TCU, no que diz respeito ao entendimento de possível descumprimento do edital de licitação, uma vez que o mesmo tem previsão de pagamento das faturas no 5º dia útil após o dia 15 do mês seguinte a prestação de serviços. **À Secretaria para controle dos prazo acima referidos, após voltem os autos conclusos. Nada mais havendo,** foi determinado o encerramento da ata, que foi digitada por mim, Karine Araújo Andrade, Karine Andrade, Analista Processual, e que, após lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

  
**RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS SOUZA MANTOVANELI**  
PROCURADORA DO TRABALHO

  
**GUSTAVO LIMA DA SILVA**  
PREPOSTO DO BANCO DO BRASIL

  
**ROMILDO DE SOUZA LEAL JÚNIOR**  
ADVOGADO DO BANCO DO BRASIL

  
**SUELY BOKOR FERREIRA**  
PREPOSTA DA GRENIT